



## Destaque Rural Nº 219

22 de Março de 2023

### **SEGURANÇA ALIMENTAR PÓS-COLHEITA 2022: 50% DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR AGUDA?**

**Máriam Abbas**

## **1. INTRODUÇÃO**

No passado dia 15 de Março, o Senhor Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, apresentou os resultados do Relatório de Segurança Alimentar Pós-Colheita de 2022 (SETSAN, 2023). A avaliação tinha como objectivo avaliar o ponto de situação da Segurança Alimentar Aguda nos Agregados Familiares (AFs) nas áreas urbanas e rurais do país, no período pós-colheita em 2022.

O relatório de avaliação apresenta quatro grandes constatações: "(1) cerca de 90% da população moçambicana teve uma dieta aceitável para satisfazer as suas necessidades energéticas diárias no período de pós-colheita; (2) 38% da população consegue satisfazer as suas necessidades alimentares mínimas, mas tem de recorrer a estratégias de sobrevivência para suprir as suas necessidades não alimentares (estresse); (3) cerca de 10% da população moçambicana analisada está em insegurança alimentar aguda em níveis de crise e emergência (IPC fase 3+); e, (4) no período em análise, registou-se uma redução na proporção de pessoas que enfrentaram níveis de insegurança alimentar aguda (IPC3 ou superior) de 13% em 2022 para 10% em 2023" (SETSAN, 2023, p. 30).

Neste âmbito, o presente texto tem como objectivo fazer uma análise preliminar ao relatório, fazendo uma reflexão sobre a metodologia adoptada e os resultados obtidos, com base apenas na informação disponibilizada no relatório.

## **2. ANÁLISE DOS ASPECTOS METODOLÓGICOS**

### ***O uso do IPC como abordagem metodológica***

Para a avaliação da Segurança Alimentar pós-colheita para o ano de 2022, adoptou-se a Classificação Integrada da Insegurança Alimentar em Fases (IPC)<sup>1</sup> como base metodológica.

---

<sup>1</sup> "O IPC é um conjunto de ferramentas e procedimentos usados para classificar a gravidade e as características de crises alimentares e de nutrição agudas, bem como a insegurança alimentar crónica, com base em padrões internacionais. (...) A análise IPC visa fundamentar a resposta de emergência, bem como as políticas e programas de segurança alimentar a médio e longo prazo" (SETSAN, 2021: 4, 2023).

O IPC é uma metodologia global em análises da segurança alimentar e nutricional, sendo usada em cerca de 30 países (IPC, 2022).

A Escala de Insegurança Alimentar Aguda do IPC<sup>2</sup> (utilizada em SETSAN (2023)) classifica a insegurança alimentar em um momento específico e em termos de gravidade, classificando os agregados familiares<sup>3</sup> em 5 categorias de gravidade ou fases de insegurança alimentar aguda, nomeadamente: nenhuma (fase 1), estresse (fase 2), crise (fase 3), emergência (fase 4) e catástrofe (fase 5) (IPC, 2022)<sup>4</sup> – ver quadro abaixo.

Quadro 1. Categorias de gravidade da Insegurança Alimentar Aguda (com base no IPC)

FASES DA INSEGURANÇA ALIMENTAR AGUDA (IPC)				
Nível de gravidade da insegurança alimentar aguda				
Nenhum		Estresse		Elevado
		(necessita de intervenção urgente)		
Fase 1 Nenhuma/mínima	Fase 2 Estresse	Fase 3 Crise	Fase 4 Emergência	Fase 5 Catástrofe/fome
As famílias são capazes de satisfazer as necessidades alimentares essenciais sem a adopção de estratégias atípicas e insustentáveis para terem acesso a alimentos e ao rendimento.	As famílias têm um consumo alimentar (CA) minimamente adequado, mas são incapazes de custear algumas despesas não-alimentares essenciais sem se envolverem em estratégias de adaptação de stress.	As famílias registam défices no CA que se reflectem na desnutrição aguda acima do habitual ou conseguem satisfazer de uma forma marginal as necessidades alimentares mínimas, mas apenas mediante o esgotamento dos bens de sustento essenciais ou através da adopção de estratégias de adaptação de crise.	As famílias registam grandes défices no consumo alimentar (CA) que se reflectem em altos níveis de desnutrição e taxas de mortalidade excessivas ou conseguem aliviar os grandes défices alimentares, mas apenas mediante o emprego de estratégias de subsistência de emergência e a venda de activos.	As famílias sofrem de extrema falta de alimentos e/ou de outras necessidades básicas, mesmo depois da adopção plena de estratégias de adaptação. A fome, a morte, a miséria e os níveis de desnutrição aguda extremamente críticos são evidentes.

Fonte: Elaborado pela autora com base no IPC (2022).

<sup>2</sup> Existem três escalas de IPC, "... insegurança alimentar aguda, insegurança alimentar crónica e desnutrição aguda, uma vez que diferentes intervenções são necessárias para lidar com cada situação, fornecendo aos tomadores de decisão informações valiosas para lidar com a insegurança alimentar e a desnutrição" (IPC, 2022, p. 3).

<sup>3</sup> A classificação de insegurança alimentar aguda do IPC também pode ser aplicada a áreas geográficas, sendo que, uma área geográfica (por exemplo, um distrito) é classificada na fase de maior gravidade (mais severa) que afecta pelo menos 20% da população (IPC Global Partners, 2021). Neste caso, aplica-se uma designação diferente para duas categorias de severidade/fases, nomeadamente: fase 1 – mínima (considera-se mínima porque, embora grande parte dos AFs da área estejam na fase 1 – nenhuma InSA aguda, podem existir, na área (distrito, por exemplo), AFs que estejam em situação de estresse, crise, emergência ou catástrofe, nunca excedendo 20% em cada uma destas fases); e, fase 5 que se designa de fome (IPC, 2022).

<sup>4</sup> Conforme IPC (2022, p. 4): "The Acute Food Insecurity Scale classifies food insecurity found at a specific point in time and of a severity that threatens lives or livelihoods, or both, regardless of the causes, context or duration. **Strategic objectives:** Short-term objectives to prevent or decrease acute food insecurity that threatens lives or livelihoods. **Severity categories:** The scale is broken down into five phases: No (household classification) / Minimal (area classification) (Phase 1), Stressed (Phase 2), Crisis (Phase 3), Emergency (Phase 4), and Catastrophe (household classification) / Famine (area classification) / Famine Likely (area classification) (Phase 5)"

Com base na classificação, depreende-se que AFs integrados na fase 1, ou seja, com nenhum nível de insegurança alimentar aguda, podem ser considerados em situação de segurança alimentar<sup>5</sup>. Os AFs que não estejam na fase 1 podem ser considerados em situação de insegurança alimentar aguda, com um nível de gravidade variando de uma situação de estresse (fase 2) para uma situação de catástrofe (fase 5). Famílias classificadas na fase 3 ou superior (IPC 3+) enfrentam níveis elevados de InSA aguda, necessitando de uma intervenção urgente (IPC, 2021, 2022).

O relatório do IPC refere, ainda, que alguns AFs podem ser inseridos na fase 2 ou mesmo na fase 1 devido à recepção de assistência, pelo que podem necessitar de uma acção contínua (IPC, 2021) e, portanto, podem ser considerados como estando em situação de insegurança alimentar aguda, mas, não tão grave como os que estão na fase 3+.

### ***Cobertura, distribuição espacial e amostragem***

A avaliação cobriu 151 distritos, excluindo os distritos do Ibo, Macomia, Meluco, Mocimboa da Praia, Muidumbe, Nangade, Palma e Quissanga, em Cabo Delgado, o distrito do Bilene, em Gaza, e Ka Nyaka, em Maputo Cidade, tendo decorrido entre Abril e Outubro de 2022. A amostra foi de 12.890 agregados familiares.

A avaliação apresenta dois aspectos positivos, se comparado com as avaliações anteriores da insegurança alimentar aguda: (1) abrangeu cerca de 94% dos distritos do país<sup>6</sup>; e, (2) teve uma maior cobertura em termos de AFs.

No entanto, destacam-se alguns aspectos que necessitam de atenção:

- O relatório não apresenta informações importantes no que se refere à amostragem, como: (1) os parâmetros utilizados para o cálculo da amostra (nível de confiança, erro amostral, etc.); (2) o número de inquéritos aplicados por distrito; (3) os critérios para a distribuição da amostra por distrito; (4) os critérios de selecção dos AFs<sup>7</sup>, entre outros

---

<sup>5</sup> É de notar que esta avaliação, representa a situação da (in)segurança alimentar aguda num determinado momento e, portanto, é susceptível a mudanças dentro de um curto espaço de tempo, como resultado de alterações ou choques que afectem as condições socioeconómicas e produtivas das famílias e, com isso, os seus níveis de segurança alimentar.

<sup>6</sup> A avaliação realizada em 2021 (SETSAN, 2021) cobriu cerca de 32% dos distritos do país (se incluir-se Cabo Delgado, para a qual apenas usou-se informação secundária, a cobertura é de 40% dos distritos).

<sup>7</sup> A forma de selecção da amostra é muito importante, uma vez que pode afectar os resultados obtidos. Por exemplo, sendo um relatório de avaliação no período pós-colheita, para os casos de AFs que praticam a actividade agrícola, os resultados podem ser diferentes se considerarmos apenas produtores que pertencem ao programa Sustenta ou produtores que não estejam envolvidos no programa, ou produtores mais influentes e menos influentes, considerando as desigualdades/diferenças no acesso a recursos produtivos entre estes dois grupos (com e sem Sustenta ou influente e não influente). O mesmo aplica-se ao considerar o tipo de produtores (pequenos, médios e grandes). Pelo que, a selecção da amostra deve obedecer um critério transparente, padronizado e de acordo com o contexto nacional caracterizado por uma elevada heterogeneidade.

aspectos. Esta informação é relevante e deveria estar contida no relatório, uma vez que permite analisar até que ponto os dados recolhidos são fiáveis e os seus resultados podem ser extrapolados para a população, bem como os cuidados a ter na interpretação dos resultados.

- É importante também, incluir (no relatório) dados referentes às características socioeconómicas da amostra, pois isso ajuda a fundamentar e a compreender os resultados obtidos. O relatório não fornece estes dados.

### ***Outras informações relevantes em falta ou incongruentes***

Além dos aspectos referidos acima, destacam-se abaixo alguns elementos identificados após a análise do relatório:

- Não se apresentam, no relatório, os resultados das análises dos vários indicadores (consumo alimentar, diversidade da dieta, etc.) e variáveis (reservas alimentares) para a província de Cabo Delgado. No entanto, o trabalho de campo realizado abrangeu esta província, tendo sido recolhidos dados primários em mais de metade dos distritos de Cabo Delgado (conforme evidencia o Mapa 1 do relatório, ver SETSAN (2023, p. 10)).
- No que se refere às estimativas da percentagem de pessoas em situação de Insegurança Alimentar (InSA) aguda, o relatório refere que, para a província de Cabo Delgado, aplicou-se o processo de análise e modelação de dados secundários disponíveis<sup>8</sup>. Não se justifica, no relatório, o não-uso dos dados primários recolhidos, nas análises da insegurança alimentar aguda. Isto pode certamente afectar os resultados obtidos (conforme referido em Abbas (2022)).
- Uma das constatações do relatório refere que, se registou, no período analisado, uma redução na proporção de pessoas que enfrentaram níveis de insegurança alimentar aguda (IPC3 ou superior) de 13% em 2022 para 10% em 2023 (SETSAN, 2023). No entanto, os dois estudos apresentam uma cobertura amostral e universos populacionais diferentes e, portanto, não são comparáveis. Ou seja, não se pode comparar, por exemplo, os níveis de pobreza da província de Gaza (51,2%) com o da região sul (32,8%)<sup>9</sup>, e afirmar que a pobreza na região sul diminuiu de 51% para 32%. Individualmente, cada estudo, tem a sua relevância, mas não se pode comparar os seus resultados.

---

<sup>8</sup> Abbas (2022, p. 6), no seu texto de avaliação do relatório da SAN pós-colheita de 2021, referiu os riscos de utilizar tipos e fontes de dados diferentes na mesma análise, destacando que “o uso de dados primários em algumas províncias e dados secundários noutra, na mesma análise, pode conduzir a resultados não fiáveis”. Abbas (2022) chama ainda a atenção que o facto de se ter utilizado uma metodologia diferenciada para Cabo Delgado (uso de dados secundários) pode ter influenciado os resultados contraditórios apresentados para a província no relatório de avaliação da SAN de 2021 (SETSAN, 2021).

<sup>9</sup> Dados da pobreza obtidos em MEF (2016).

- Apesar de se apresentar dados da Diversidade Alimentar (HDDS) por província (ver pág. 24 do relatório), as percentagens colocadas no gráfico não totalizam 100%, o que torna difícil a análise deste indicador com base nos dados do relatório<sup>10</sup>.

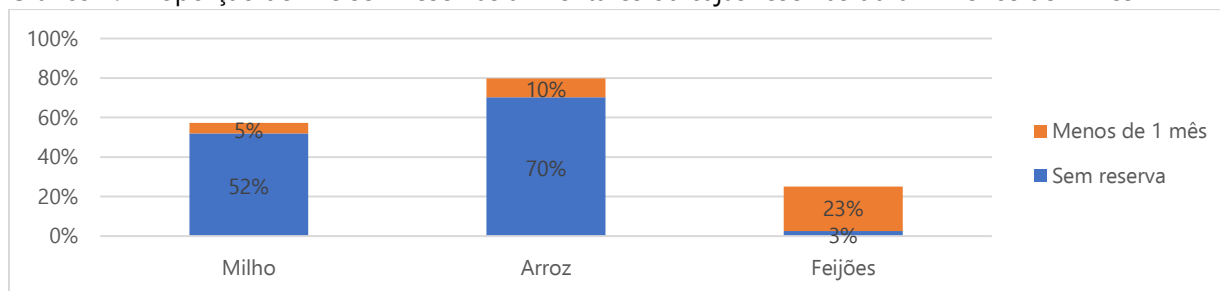
### 3. REFLEXÃO SOBRE OS RESULTADOS APRESENTADOS NO RELATÓRIO

Nesta secção faz-se uma análise dos resultados de algumas variáveis e indicadores apresentados no relatório. Os dados apresentados nesta secção são referentes à média nacional, para cada indicador, calculada com base nos dados apresentados no relatório. Conforme referido anteriormente, os resultados por província, disponíveis no relatório, não incluem a província de Cabo Delgado. Pelo que, os valores médios apresentados abaixo, para o país, não incluem os dados da província de Cabo Delgado.

#### ***Reservas alimentares***

O relatório contém dados referentes à posse de reservas alimentares para três culturas, nomeadamente o milho, o arroz e os feijões. Com base nos dados apresentados, verificou-se que grande parte dos AFs praticamente não possui reservas alimentares, principalmente para o caso dos cereais, em que cerca de 57% e 80% dos AFs referiu não ter reservas de milho e arroz, respectivamente, ou que as mesmas duram menos de 1 mês. Para o caso dos feijões verifica-se uma situação relativamente melhor que nos cereais, onde apenas 23% dos AFs referiram que as reservas duram menos de 1 mês e 3% não têm reservas. No entanto, grande parte (57% dos AFs) têm reservas que duram apenas entre 1 e 3 meses<sup>11</sup>.

Gráfico 1. Proporção de AFs sem reservas alimentares ou cujas reservas duram menos de 1 mês



Fonte: calculado com base nos dados do SETSAN (2023).

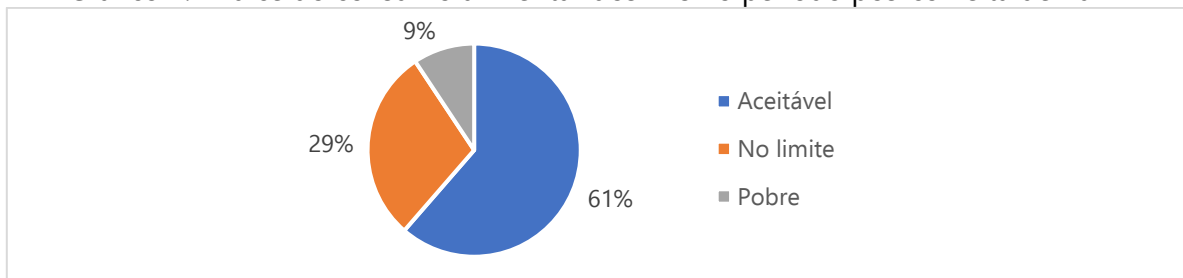
<sup>10</sup> Por este motivo, o indicador de diversidade da dieta não foi analisado neste texto. Sugere-se que se corrija os valores no relatório.

<sup>11</sup> Ver gráfico 2, na página 17 do relatório (SETSAN, 2023).

### ***Pontuação do Consumo alimentar (FCS)***

De acordo com os dados do consumo alimentar, verifica-se que, no período pós-colheita, 61% dos AFs teve um consumo alimentar aceitável. No entanto, no mesmo período, quase 40% dos AFs teve um consumo alimentar mínimo ou pobre.

Gráfico 2. Índice do consumo alimentar dos AFs no período pós-colheita de 2022

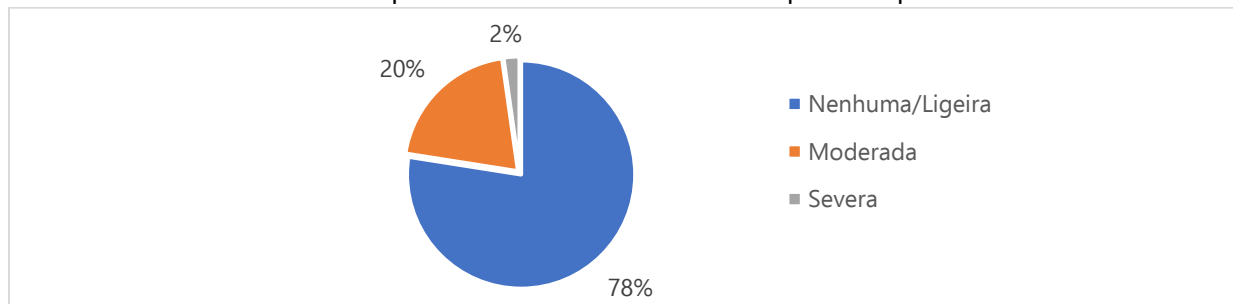


Fonte: calculado com base nos dados do SETSAN (2023).

### ***Pontuação de Escala de Experiência de Fome (HHS)***

Em relação à experiência de fome, medida pela dificuldade de acesso a alimentos nos últimos 30 dias, os resultados indicam que, no período pós-colheita, 78% dos AFs não teve experiência de fome ou a mesma foi ligeira, 20% experienciou fome moderada e 2% experienciou fome severa.

Gráfico 3. Escala de Experiência de Fome nos AFs no período pós-colheita de 2022

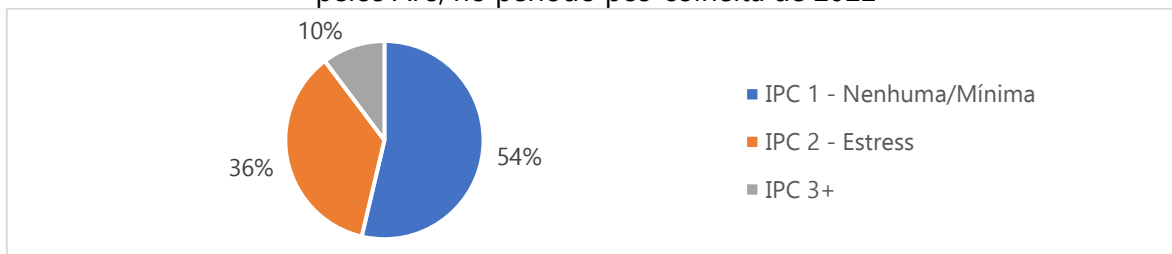


Fonte: calculado com base nos dados do SETSAN (2023).

## ***Estratégias de Sobrevivência de Consumo Alimentar***

Relativamente às estratégias de sobrevivência de consumo alimentar, verificou-se que 54% dos AFs não utilizaram nenhuma estratégia<sup>12</sup> ou utilizaram estratégias mínimas, 36% adoptou estratégias de estresse<sup>13</sup> e 10% adoptou estratégias de crise ou de emergência<sup>14</sup>.

Gráfico 4. Estratégias de sobrevivência de consumo alimentar adoptadas pelos AFs, no período pós-colheita de 2022



Fonte: calculado com base nos dados do SETSAN (2023).

## ***Classificação Integrada da Insegurança Alimentar em Fases (IPC)***

O IPC, conforme referido anteriormente, classifica os AFs com base em 5 fases de insegurança alimentar aguda.

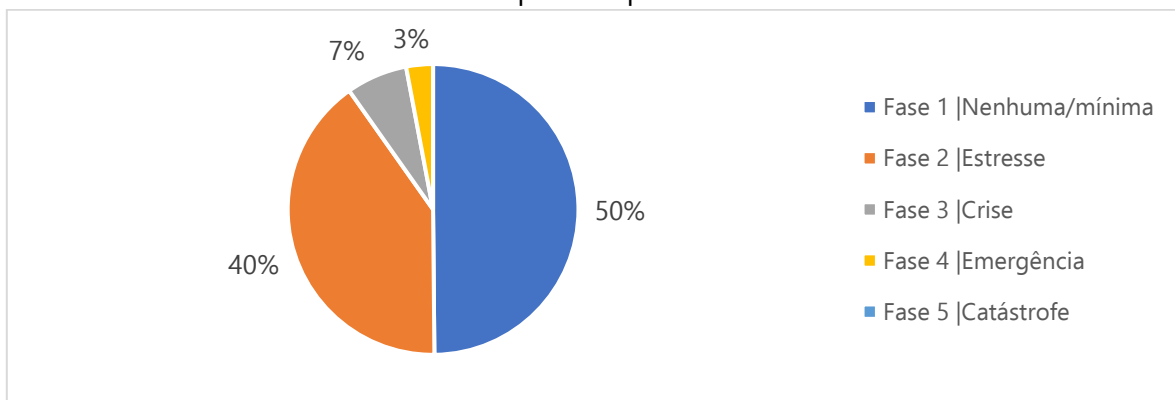
---

<sup>12</sup> É importante notar que, a não adopção de estratégias por parte das famílias, não quer dizer necessariamente que, estas não adoptaram estratégias porque não necessitaram. Em algumas entrevistas realizadas na província da Zambézia, no âmbito de um projecto de pesquisa sobre segurança alimentar e sistemas de produção do OMR, alguns AFs referiram que não adoptaram nenhuma estratégia para fazer face à escassez de alimentos porque não tinham outras alternativas. Ou seja, a não adopção de estratégias pode estar relacionada ao facto de o AF se encontrar numa situação em que já esgotou as suas estratégias de sobrevivência.

<sup>13</sup> As estratégias de estresse incluem: recorrer a alimentos menos caros ou menos preferidos, pedir emprestado alimentos/ajuda de amigos/familiares, diminuir as quantidades nas refeições, reduzir o consumo alimentar dos adultos para que as crianças possam comer, e reduzir o número de refeições consumidas por dia (SETSAN, 2021).

<sup>14</sup> As estratégias de crise ou de emergência incluem: vender bens domésticos ou pessoais, vender bens produtivos, retirar as crianças da escola, consumir sementes ou produtos verdes, emigrar da sua cidade ou bairro, pedir dinheiro emprestado, gastar as reservas ou economias, pedir comida emprestado ou comprar comida a crédito, vender mais animais do que o normal, vender últimos animais fêmeas, reduzir as despesas de saúde e educação, colher culturas verdes ainda em campo, e aumentar consumo de alimentos silvestres (SETSAN, 2021).

Gráfico 5. Proporção de AFs por fase de insegurança alimentar (IPC), em referência ao período pós-colheita de 2022



Fonte: Calculado com base nos dados do SETSAN (2023).

De acordo com os resultados apresentados, nenhum moçambicano está em situação de catástrofe. 10% da população moçambicana encontra-se em situação de crise (7%) ou emergência (3%). De acordo com a classificação do IPC, estes AFs (em fase 3+) enfrentam níveis elevados de insegurança alimentar aguda.

Por outro lado, verifica-se que 40% dos moçambicanos (12,9 milhões de pessoas) encontram-se em situação de estresse (fase 2), com um nível de insegurança alimentar aguda considerado de estresse, ou seja, têm um consumo alimentar minimamente adequado, mas são incapazes de custear algumas despesas não-alimentares essenciais sem se envolverem em estratégias de adaptação de estresse, como: recorrer a alimentos menos caros ou menos preferidos, pedir emprestado alimentos, reduzir as porções alimentares e/ou o número de refeições diárias, e reduzir o consumo alimentar dos adultos para as crianças comerem (SETSAN, 2021).

Isto significa que, de acordo com os resultados, 50% da população moçambicana (16 milhões de pessoas) pode ser considerada em situação de segurança alimentar (tendo como referência o período pós-colheita de 2022), ou seja, com nenhum nível de insegurança alimentar aguda.



#### 4. INSEGURANÇA ALIMENTAR AGUDA EM ÁFRICA

Durante a apresentação do relatório de avaliação da SAN Aguda pós-colheita de 2022, foi referido que Moçambique apresenta os melhores dados em termos de segurança alimentar a nível da região, tendo sido feita a comparação com outros cinco países africanos.

Quadro 2. Prevalência da Insegurança Alimentar Aguda Elevada (IPC 3+) em alguns países africanos

País	% população em InSA Aguda elevada (IPC 3+)	Número de pessoas em InSA Aguda elevada (IPC 3+)
Moçambique	10% <sup>a</sup>	3.146.400
Tanzânia	11% <sup>a</sup>	964.000
Zâmbia	14% <sup>b</sup>	1.952.000
Eswatini	22% <sup>b</sup>	259.000
Malawi	20% <sup>b</sup>	3.822.000
Somália	29% <sup>c</sup>	5.085.000
Madagáscar	36% <sup>a</sup>	2.225.000

<sup>a</sup> Referente a situação actual para o período Outubro/Novembro 2022 – Fevereiro/Março 2023.

<sup>b</sup> Referente a projecção para o período Outubro 2022 – Março 2023.

<sup>c</sup> Referente a situação actual para o período Janeiro – Março 2023.

Fonte: SETSAN (2023) para Moçambique e IPC (2023) para outros países.

Conforme ilustra o quadro acima, em termos relativos, pode-se verificar que, com base nos dados do IPC (2023), Moçambique apresenta a menor proporção da população em insegurança alimentar aguda elevada (em fase de crise ou superior) (10%), em comparação com os outros países analisados. No entanto, em termos absolutos, verifica-se que Moçambique conta com cerca de 3,1 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar aguda elevada, sendo apenas inferior à Somália (com cerca de 5 milhões) e o Malawi (com 3,8 milhões de pessoas).

Em todo o caso, é importante considerar também o tamanho dos países (população) e a cobertura amostral nos diferentes países, de modo que estes valores sejam comparáveis.

Vários estudos apontam para os cuidados a ter em análises baseadas apenas em termos relativos, uma vez que podem conduzir a uma interpretação enviesada/errada da situação. Em análises socioeconómicas, é importante considerar também a análise com base nos valores absolutos e volume da população.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

De acordo com os resultados apresentados neste texto, pode-se concluir que 50% da população moçambicana está em situação de insegurança alimentar aguda. De acordo com a classificação do IPC, cerca de 40% da população encontra-se numa situação de insegurança alimentar aguda de estresse, e 10% da população apresenta níveis elevados de insegurança alimentar aguda.

A análise de outros indicadores (utilizados para a classificação do IPC) mostra que: cerca de 40% dos AFs teve um consumo alimentar mínimo ou pobre, 22% dos AFs experienciou fome moderada ou severa, 36% dos AFs adoptou estratégias de consumo alimentar de estresse e 10% de crise ou de emergência. Além disso, verificou-se também que mais de metade dos AFs não possui reservas alimentares ou que estas duram por pouco tempo – menos de 1 mês para o caso dos cereais e menos de 3 meses para o caso dos feijões.

Com base nestas análises não é possível concluir que 90% da população moçambicana teve uma dieta aceitável para satisfazer as suas necessidades energéticas diárias no período de pós-colheita. Adicionalmente, conforme referido em Abbas (2023), as abordagens que focam nas necessidades energéticas diárias têm recebido várias críticas pelo facto de não incorporar a componente nutricional (Cafiero et al., 2014). Por exemplo, de acordo com o WFP (2016), em Moçambique quase 80% da energia da dieta é proveniente do consumo de cereais e raízes. As famílias que consomem uma dieta baseada em alimentos básicos (como o milho e a mandioca) e com pouca diversidade de macro e micronutrientes (incluindo alimentos silvestres) podem ser consideradas em situação de insegurança alimentar e nutricional (WFP, 2016) (Abbas, 2023, p. 5). Actualmente, o debate vai além da consideração da energia e da proteína para incluir a adequação de micronutrientes (Cafiero et al., 2014).

Em Moçambique, cerca de 38% das crianças com menos de 5 anos de idade sofre de desnutrição crónica (INE, 2021). Conforme é sabido, a desnutrição crónica tem efeitos irreversíveis sobre o indivíduo, limitando a sua capacidade cognitiva e de desenvolvimento. Daí a componente nutricional ser um aspecto importante. Não basta ter alimentos, é necessário que os mesmos sejam suficientes em termos de qualidade e quantidade, e nutricional e culturalmente adequados.

Adicionalmente, conclui-se que a informação apresentada no relatório de segurança alimentar pós-colheita de 2022 está incompleta e, portanto, não permite confirmar a fiabilidade e robustez dos resultados. Conforme referido em Abbas (2022), em análises desta natureza, a escolha das áreas de estudos e distribuição da amostra por distritos, bem como a selecção dos AFs a inquirir deve ser feita com base em critérios claros e padronizados, tendo em consideração o contexto cultural, socioeconómico, entre outros aspectos que podem influenciar a insegurança alimentar.

A não inclusão de Cabo Delgado nos resultados apresentados não permite uma análise completa e integrada, uma vez que nos resultados apresentados neste texto (retirados do relatório) para o país não se incluíram os dados desta província. Além disso, o facto de utilizar-se dados secundários para a classificação da insegurança alimentar aguda, e a não utilização dos dados primários recolhidos em mais de metade dos distritos da província, pode contribuir para uma interpretação da situação da insegurança alimentar aguda no país não correspondente a realidade.

Desta forma, sugere-se:

- O IPC enquanto metodologia sugere a criação de uma equipe de análise do IPC, incluindo representantes de diferentes instituições/organizações e sectores. Neste âmbito, sugere-se que, em análise futuras, este grupo inclua, para além das instituições governamentais e das Nações Unidas, e outros já envolvidos neste processo, especialistas de outras organizações não-governamentais e da Sociedade Civil, movimentos sociais de mulheres e de camponeses (UNAC), especialistas nutricionais, entre outros, de modo a criar um ambiente inclusivo, necessário, para uma análise imparcial de construção de consenso sobre a situação da insegurança alimentar e nutricional no país.
- É importante que sejam definidos e aplicados critérios de selecção e distribuição da amostra padronizados, adequados ao objectivo do estudo, e que estejam em concordância com as características do país, tendo em consideração a heterogeneidade do sector agrícolas e dos produtores, a diversidade dos sistemas de produção e/ou zonas agroecológicas, o volume e densidade populacional, os riscos ambientais e os diferentes tipos de instabilidade política e social.
- Sugere-se que em avaliações futuras se considere indicadores referentes a componente nutricional, como por exemplo a pontuação de consumo alimentar e nutrição (FSC-N), indicadores de desnutrição aguda, entre outros. E que estes resultados sejam incluídos no relatório, de modo a permitir uma análise mais aprofundada e completa.
- Recomenda-se a elaboração de um estudo de base da situação de segurança alimentar e nutricional no país, com adopção de metodologias e critérios de amostragem sólidos e coerentes. Os estudos sobre segurança alimentar devem ser realizados em períodos que assegurem a monitoria da evolução da situação nutricional, com metodologias semelhantes que permitam comparações e a definição de políticas sustentáveis de médio e longo prazo.

## REFERÊNCIAS

- ABBAS, M. (2022). Avaliação do Relatório sobre a Segurança Alimentar e Nutricional Aguda em Moçambique. *Destaque Rural* 151. Maputo, OMR. <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/dr-151/>
- ABBAS, M. (2023). Segurança Alimentar em Moçambique: o que constituiu uma refeição, Senhor Ministro? *Destaque Rural* 213. Maputo, OMR. [https://omrmz.org/destaque\\_rural/dr-213-seguranca-alimentar-em-mocambique-o-que-constitui-uma-refeicao-senhor-ministro/](https://omrmz.org/destaque_rural/dr-213-seguranca-alimentar-em-mocambique-o-que-constitui-uma-refeicao-senhor-ministro/)
- CAFIERO, C., Melgar-Quiñonez, H. R., Ballard, T. J., & Kepple, A. W. (2014). Validity and reliability of food security measures. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1331(1), 230–248. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/nyas.12594>
- INE. (2021). Inquérito sobre Orçamento Familiar - IOF 2019/2020 Relatório Final.
- IPC. (2021). Análise IPC da Insegurança Alimentar Aguda: Novembro 2021 - Setembro 2022. <https://www.ipcinfo.org/ipc-country-analysis/details-map/en/c/1155342/?iso3=MOZ>
- IPC. (2022). Understanding the IPC Scales. [https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user\\_upload/ipcinfo/docs/communication\\_tools/brochures/IP\\_C\\_Brochure\\_Understanding\\_the\\_IPC\\_Scales.pdf](https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ipcinfo/docs/communication_tools/brochures/IP_C_Brochure_Understanding_the_IPC_Scales.pdf)
- IPC. (2023). IPC Map Key: Acute Food Insecurity. <https://www.ipcinfo.org/ipc-country-analysis/ipc-mapping-tool/>
- IPC Global Partners. (2021). Integrated Food Security Phase Classification Technical Manual Version 3.1. Evidence and Standards for Better Food Security and Nutrition Decisions. [http://www.ipcinfo.org/fileadmin/user\\_upload/ipcinfo/manual/IPC\\_Technical\\_Manual\\_3\\_Final.pdf](http://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ipcinfo/manual/IPC_Technical_Manual_3_Final.pdf)
- MEF. (2016). Pobreza e bem-estar em Moçambique: Quarta avaliação nacional. Inquérito ao Orçamento Familiar - IOF 2014/15.
- SETSAN. (2021). Relatório da Avaliação de Segurança Alimentar e Nutricional Aguda Pós-Colheita.
- SETSAN. (2023). Relatório de Segurança Alimentar Pós-colheita de 2022.
- WFP. (2016). Mozambique Trend Analysis: Key Food Security & Nutrition Indicators (2016) (Número January). <http://www.wfp.org/food-security>

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores

**E-mail:** [office@omrmz.org](mailto:office@omrmz.org)  
**Endereço:** Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.  
Maputo – Moçambique  
[www.omrmz.org](http://www.omrmz.org)